



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 242 - DE 08 a 22 de JULHO DE 2002 - R\$ 1,00

**Contra os partidos burgueses
e o reformismo conciliador,
nas eleições gerais de 2002:**

**VOTO NULO
PROGRAMÁTICO**



O aburguesamento do PT

**O Congresso do Sinpeem-SP
é burocratizado pelo PCdoB**

Encontro Operário do POR

**Como se coloca a luta pela
destruição do Estado de Israel
e pela construção do Estado
Operário na Palestina**

**Argentina: as massas voltam às ruas
e Duhalde reprime violentamente.
Veja a política do POR argentino**

Eleições

Resolução sobre as eleições presidenciais

Mantém-se inalterada a impossibilidade do Partido Operário Revolucionário, em processo de construção, de lançar candidaturas próprias e de usar as eleições como meio auxiliar para defender junto aos trabalhadores o programa da revolução e ditadura proletárias. Essa circunstância nunca impediu o partido de atuar nos processos eleitorais, campo da política burguesa.

Por meio da defesa do voto nulo programático, o POR tem expressado repúdio aos partidos burgueses dominantes e exercido rigorosa crítica ao PT e sua frente popular, que anteriormente incluiu PDT, PSB, PCdoB, PCB e PSTU. Pôde também denunciar a adaptação da esquerda pequeno burguesa radical ao reformismo petista, que, apoiada na bandeira de "governo dos trabalhadores", alimentou ilusão eleitoral no caudilho Lula.

O voto nulo programático vem servindo de instrumento para ajudar os trabalhadores a superar suas ilusões democráticas nos partidos da burguesia e no reformismo petista, que na presente eleição arrancou sua máscara de defensor dos oprimidos e assumiu sua verdadeira identidade de partido da ordem capitalista. Essa posição do POR permitiu-lhe desenvolver uma oposição revolucionária ao reformismo. Os fatos confirmaram seus prognósticos sobre o aburguesamento do PT e seu papel contra-revolucionário. Diferentemente, a esquerda centrista se arrastou por detrás da candidatura Lula e compareceu comprometida com a política de conciliação de classe do PT.

O PSTU, principal representante da esquerda centrista, está marcado por ostensivo apoio eleitoral ao PT e defensor da candidatura Lula. Chegou a fazer parte da originária frente popular. Com a

definição mais nítida do PT como partido da ordem, tornou-se impossível a permanência do PSTU na coligação frentepopulista. O que o obrigou a lançar candidaturas próprias, mas objetivando apoiar Lula no segundo turno, de forma que se pautou por esse objetivo na última eleição. No presente, tornou a fazer campanha por uma frente dos trabalhadores, frente socialista, dirigida ao PT. Lançou candidatura própria e declarou-se disposto a renunciá-la caso o PT não fizesse coligação com o PL, sem rechaçar o frentepopulismo anterior.

O centrismo, no entanto, não tem expressão política e organizativa entre as massas. Procura se desenvolver sobre uma linha oportunista de aproximação e afastamento do reformismo petista. Nessa condição, também se tornou inviável uma frente revolucionária de atuação nas eleições em que o POR pudesse atuar junto ao PSTU. A tática de intervenção nas eleições tem também de combater o fortalecimento do oportunismo centrista. Uma frente com o centrismo nas eleições é possível e necessária se se permite fortalecer as posições do partido revolucionário. Tal condição não se colocou.

O voto nulo programático é o que melhor responde, nessa situação, ao objetivo de defesa do programa da revolução proletária. O POR chamará a classe operária, camponeses pobres e demais oprimidos a rechaçarem a política dos partidos capitalistas e a dos opositoristas adaptados ao capitalismo. A anularem o voto em defesa de suas reivindicações, do método da ação direta e da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Enfatizará a necessidade de construção do Partido Operário Revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições

Aburguesamento do PT

O PT selou aliança com o PL e, no dia seguinte, a Promotoria denunciou um foco de corrupção na Prefeitura de Santo André. Os dois acontecimentos refletem o aburguesamento do PT.

A definição do empresário e senador do PL José Alencar para vice de Lula foi motivo de júbilo do comando petista. Concretizava o objetivo de ter fisicamente no núcleo de governo um representante do grande capital nacional. Não se pode chegar ao poder do Estado tendo contra o partido o conjunto da burguesia. E se chegar, não pode governar. Essa premissa tem sido defendida por Lula, que diz não querer perder de forma alguma outra eleição. O pragmatismo da direção do PT, na realidade, confirma definitivamente uma orientação de classe desse partido que se pretendeu "dos trabalhadores".

Uma parcela petista ficou horrorizada com a confluência de águas peelistas e quercistas nos mananciais de Lula, repletos de ilusórias esperanças da classe ope-

rária e camponeses pobres. Mas tiveram de engolir o descontentamento. A lei da contradição não permite a nenhum partido expressar ao mesmo tempo o trabalho e o capital, o extremo da miséria generalizada e o da riqueza concentrada. A esquerda petista (O Trabalho, Democracia Socialista, Força Socialista, Socialismo Revolucionário) contrária à aliança com o maior empresário da indústria têxtil do país mostra sua impotência e sua adaptação ao eleitoralismo. Não é capaz de romper com o PT apodrecido.

Não é preciso estender a observação crítica para o fato do PL ser o instrumento político do obscurantismo evangélico. Trata-se de uma consequência.

A festa do tão esperado acordo não pôde ser bem degustada. O PSDB, FHC/Serra, aguardava com a taça de fel. Os corruptos dos corruptos sabem como manejar o poder. Tudo estava preparado para mostrar que o PT não é o imaculado das CPIs da corrupção.

Por mais que partido tenha evitado explorar eleitoralmente a corrupção do PFL, PSDB e PMDB, não pôde se livrar do fogo do adversário eleitoral. A direção petista e Lula chegaram a condenar a denúncia de corrupção envolvendo a ex-candidata do PFL Roseana Sarney, prevendo que o mesmo seria feito ao PT. Mas isso não o livrou das denúncias que estavam guardadas na gaveta de FHC/Serra. A chama do Rio Grande do Sul não pôde ser alentada, então explodiu o caso Asefe de Brasília de desvio de dinheiro para as candidaturas do PT, PCdoB e PCB, mas era muito pequeno para o tamanho da disputa eleitoral, então enegreceu o céu de Santo André.

Temos dito que a corrupção é inerente ao Estado burguês. O PT se propôs a governar esse Estado contrariando o seu funcionamento quadrilheiro. Todos os grandes partidos (PMDB, PSDB, PFL etc) já mostraram que encarnam o corpo e a alma dos interesses oligárquicos e parasitários. O PT passou a fazer o mesmo.

O Trabalho

Retrato do falsário

O Jornal O Trabalho convoca o Encontro Nacional de 7 de julho sob a bandeira "Lula Presidente Prá Romper Com o FMI". A ala mais à esquerda do PT se cobre com o véu da hipocrisia para se manter atrelado a um partido e a um candidato totalmente corrompidos na política burguesa e comprometidos com os fundamentos da política econômica pró-imperialista. Evita explicar nas páginas de seu jornal a integração do PT na ordem capitalista. Opõe-se à aliança com o PL sem dizer o seu verdadeiro significado de classe e para onde caminha o PT. No editorial, diz que "o povo espera de Lula romper com a política de FHC-FMI." "Mas que isso é o contrário de coligar para governar com Alencar do PL, ou Quéricia e Requição do PMDB." Conclui: "Esse é o caminho da derrota. E para quê? Para ganhar os 45 segundos do tempo de TV do PL? Esse não é o caminho da vi-

tória." Que superficialidade! Que falta de vontade para dizer a verdade!

O PT precisa do maior empresário têxtil do país para se aproximar de um setor da burguesia e para mostrar ao seu conjunto que o PT está inteiramente convicto de que não mexerá um dedo contra os interesses gerais dos capitalistas, o que inclui o imperialismo. Não são os 45 segundos de TV que levaram o PT ao PL, mas sim a necessidade de neutralizar a campanha de que o PT continua radical e afastar qualquer sombra de dúvida de que Lula fará um governo de coligação burguesa.

O editorial cita uma fala de Lula que estaria de acordo com o que pensa O Trabalho. "Precisamos ter a coragem de dizer: só interessa ganhar para mudar a política econômica. Não podemos capitular nem carregar o peso de uma culpa que não temos (...) vamos manter a estabilidade e honrar os contratos, mas à nossa moda, não à moda deles." Como é

que o editorial continua? Faz sua interpretação de acordo com o slogan "Lula Presidente Para Romper com o FMI" Diz: "Realmente, não é mais possível continuar esta política do FMI que (...) está levando o Brasil para o buraco da Argentina."

Mas Lula não está dizendo que vai romper com o FMI. Qual tem sido sua verdadeira posição? A de manter os contratos e a estabilidade. É o que diz na própria citação acima. A mudança pretendida, para "não capitular", é promover uma renegociação dos contratos da dívida. Isso é o máximo anunciado por Lula. Frente às pressões do imperialismo e dos banqueiros nacionais em torno da estabilidade, o PT se comprometeu sustentar o superávit primário de 3,75% do PIB, meta inflacionária e respeito à composição da dívida. Toda cúpula do PT correu a explicar que não haverá nenhuma ruptura na política econômica e nas rela-

ções internacionais. Mas O Trabalho maquia tudo de acordo com seu oportunismo oportunista.

Nas páginas do meio do jornal, estampa a frase "A diferença entre Lula e os demais, são os milhares atrás dele". Quer dizer, por isso devemos estar com Lula exigindo que rompa com o FMI. O Trabalho não quer dizer aos iludidos que o governo do PT não vai romper com o FMI e que Lula já assumiu claros compromissos com a burguesia não só em palavras mas também na prática, colocando ao seu lado o capitalista Alencar.

Na mais recente entrevista, Lula reafirma seu pacto com os exploradores. Sobre o FMI, diz que "é preciso acabar com esta lógica perversa de ficar dependendo do FMI" Estaria defendendo uma ruptura com o

imperialismo. Não. Em seguida, responde que se precisar recorrer ao FMI o fará. "Se precisar, vamos tomar a decisão de acordo com a necessidade." O que Lula diz não concordar é que o FMI imponha o "seu modelo de ajuste fiscal e de desenvolvimento". Parte da burguesia assina essa declaração, por exemplo José Alencar, que prevê dias difíceis para seu capital nas condições de gigantesca sangria do País e avanço da desnacionalização.

Lula transmite a ilusão de que será um governo de negociação entre as classes, frações internas da burguesia nacional e com o capital externo (imperialista). Nesse sentido assinala: "Para mim, a figura do José Alencar é muito importante por um simbolismo. Pela primeira vez na história do Brasil,

um trabalhador lidera uma aliança, tendo como vice um empresário bem-sucedido. O que quero com isso? Simbolizar o pacto social que tanto Fernando Henrique Cardoso falava em 1982, inspirado no Pacto de Moncloa. Mas ele não fez um gesto, uma reunião, não moveu uma vírgula para fazer um pacto" (Estadão, 29/6).

Nós dizemos aos trabalhadores: o pacto social é de traição à classe operária. Esse é o papel do caudilho que se emancipou de sua classe de origem e se integrou na classe dos exploradores. José Alencar foi bem-sucedido porque tirou e tira o couro dos operários. Um capitalista bem-sucedido significa operários muito bem explorados. O Trabalho com sua campanha eleitoral em torno de Lula estampa o retrato da esquerda farsária.

Rondônia

PT retira sua candidatura

Nessas eleições, o PT retira a candidatura própria para apoiar o candidato do PDT, na chamada coligação branca. O candidato a governador do PDT é o ex-prefeito de Ji-Paraná, Acir Gurgacz. Trata-se de um empresário do setor de transportes. Gurgacz monopoliza os transportes interestaduais de quase todos os Estados da Região Norte.

A disputa será com o PFL, que lançou o governador Bianco para concorrer a reeleição.

O Estado de Rondônia fica na Região Norte e é o terceiro mais populoso

dessa região, depois do Amazonas e Pará, com quase 1,4 milhão de habitantes. Foi considerado nos anos 60 até 80 o Eldorado brasileiro. O Estado recebeu migrantes, particularmente a região Sul, atraídos pela campanha da ditadura militar de colonização das terras. A concentração de terras na agropecuária e na indústria madeira expulsou os camponeses pobres das terras e ampliou os conflitos com as nações indígenas. Não por acaso, cresceu o número de sem-terra e os conflitos no Estado. O Estado é considerado uma

região endêmica de malária, leishmaniose e febre amarela. A capital Porto Velho concentra boa parte da população urbana, com 54% das moradias com água encanada.

O apoio do PT a um grande empresário e a um partido que tem como candidato à presidência Ciro Gomes é mais uma amostra de seu apodrecimento. A sua militância que tem ligação com o movimento dos sem-terra terá de romper com o PT aburguesado e se colocar pela construção do partido revolucionário.

Ceará Mirim (RN)

Campanha do POR contra as perseguições políticas

Em Ceará Mirim (RN), dois professores dirigentes do Sinte regional têm sido vítimas da perseguição política da prefeita. Primeiro, foram transferidos para longe de onde faziam seu trabalho político. Ao se negarem a aceitar a transferência forçada, tiveram seus salários cortados. Às vésperas da greve de professores estaduais e municipais, chegaram a ser chantageados pela prefeita, que exigia que não se defendesse a greve, em troca do retorno à escola de origem. Os professores resistem apoiados na mobilização local, mas estão sem salários e nenhuma outra fonte de renda. O POR mantém a campanha política de fim da perseguição política e ajuda financeira aos lutadores.

Secundaristas

Reproduzimos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Estudiantil Secundarista

O estudo e o trabalho devem estar juntos

Sabemos que é preciso ter um sentido para os estudos. Ouvimos que estudar é necessário para se adquirir conhecimentos e ter um futuro assegurado no trabalho. Essa idéia separa o estudo do trabalho.

Explicam que primeiro tem de conseguir terminar a escola e sair dela bem preparado para depois encontrar um emprego. Como a concorrência no mercado de trabalho é grande, dizem que quanto mais preparado mais fácil arrumar uma colocação e ter um melhor salário.

Quem é que diz isso?

São eles: o governo, os responsáveis pela Secretaria da Educação e os patrões. Têm feito uma verdadeira campanha na televisão, jornais e nas escolas. Muitas vezes, pegamos nossos professores e nossos pais repetindo a campanha do governo sem pensar sobre a ligação do trabalho e o ensino.

Devemos dizer: Governo deixe de enrolar. O estudo e o trabalho não podem ser dois momentos separados na vida da juventude. Queremos e precisamos da escola e do trabalho ao mesmo tempo. Para isso, o trabalho tem de estar de acordo com nos-

sa idade e não ultrapassar a jornada de 4 horas. O restante de nosso tempo dedicaremos aos estudos e ao lazer. A escola, por sua vez, tem de estar vinculada ao trabalho (à produção social). É na produção social que desenvolvemos a verdadeira capacidade de pensar, de resolver problemas e aprender a ciência.

Devemos de cara dizer não à jornada de trabalho de 8 horas ou mais e aos trabalhos mutiladores. Existem milhões de jovens escravizados pelos capitalistas e que sequer conseguem frequentar um curso. Existem outros milhões que trabalham o dia inteiro e quando vão ao curso noturno já estão acabados. A maioria da juventude é arrastada para o subemprego. Em todos esses casos, os patrões usam e abusam da força de trabalho do jovem, pagando um salário miserável e arrancando-lhes até a última gota de energia.

Vejam bem: os que estão trabalhando ou não podem frequentar a escola ou frequentam uma escola que não tem nada a ver com o conhecimento e ainda tem de suportá-la na pior das canseiras. E a grande maioria da juventude não tem trabalho e

não consegue sequer terminar o ensino médio. Temos aí a verdadeira realidade. A escola está separada do trabalho.

Dizer que primeiro tem de se qualificar estudando para depois encontrar emprego é uma falsificação feita pela burguesia e seu governo. Acontece que o sistema econômico capitalista já não pode assegurar emprego para milhões de trabalhadores. Se é jovem, dizem que não tem experiência. Se já chegou aos 30 anos, é considerado velho para o trabalho. Vemos que milhares e milhares de trabalhadores com muito experiência e inclusive com um grau de escolaridade avançado estão desempregados.

É desta observação da realidade que nós do movimento estudantil devemos tirar as conclusões:

A bandeira de emprego e trabalho deve ser levantada por todos os trabalhadores e estudantes;

Nenhum jovem fora da escola e do trabalho;

Jornada de trabalho de 4 horas e o restante do tempo dedicado ao estudo;

Salário calculado de acordo com as necessidades.

Apeoesp

Uma Avaliação Sobre a Educação

Recebemos uma carta de um simpatizante em Guarulhos que comenta a situação da educação e a resposta da direção sindical regional.

Mostra a necessidade de lutar pela escola pública e que um dos problemas principais para que isto ocorra é a atuação da direção sindical, tanto da direção central como da regional, que leva a categoria ao comodismo e ao imobilismo. Mostra que é necessário lutar pelos direitos conquistados e

que estão sendo cassados.

Afirma também que existe uma pressão na região para que os professores não se organizem. Que esta pressão é principalmente exercida pelos membros da chapa 2, eleitos majoritariamente na região e que na sua prática não se diferem da posição da Articulação sindical principal força no Sindicato em nível estadual.

Propõe um plano de luta que passa entre outros pontos por:

Não privatização e municipalização do ensino;

Ampliação da grade curricular;

25 alunos por sala;

Reabertura das salas fechadas;

Fim das tele-salas;

Construção de escolas e ampliação das já existentes;

Vinculação ao Estado de todos os trabalhadores da educação titulares, eventuais, ACTs;

XIII CONGRESSO DOS MUNICIPAIS SP**PCdoB mantém a linha eleitoralista e a campanha salarial de faz de conta, que não enfrentará o governo democrático-popular**

O Congresso do Sinpeem foi realizado na semana de 17 a 21 de junho. Foram cinco dias de total distração. O telão e os televisores ficaram ligados nos jogos da copa o tempo todo. A diretoria autorizou a presença de empresas, bancos e financeiras a aliciaram os servidores desesperados com os baixos salários, a acumularem mais dívidas através do convênio com o "crédito fácil". Foi um verdadeiro estande de empresas espoliadoras. A imprensa operária, por sua vez, novamente não pôde se instalar, pois foi cobrado uma alta taxa pela instalação da banca.

Quanto ao debate político, esteve completamente sufocado pelo burocratismo do Pcdob. Com uma aparência democrática, procurou obter a aprovação do plenário apenas do que foi acordado nos bastidores com os setores adversários petistas/independentes/PSTU. Assim, ao invés de debater os problemas da conjuntura econômica-política para promover a elevação teórica dos congressistas, foi priorizado apenas o debate sobre estrutura/eleições sindicais. Faltando meia hora para encerrar o congresso é que se debateu a falsa campanha salarial "unificada", que certamente será derrotada por ter sido "adiado" novamente o caminho da resistência grevista e mantido o eixo de atos.

O congresso não foi capaz de impulsionar a luta dos trabalhadores em educação e terminou sem de fato apontar um plano de lutas de enfrentamento com a prefeitura petista, deixando mais uma vez evidenciada a política colaboracionista da direção da entidade. Não serviu de escola para a luta contra o capital e o governo democrático-popular. A despolitização da classe se mantém em função da burocratização dos congressos. Os professores que vieram ao Congresso continuarão iludidos com a política reformista de que é possível "uma edu-

cação de qualidade no capitalismo" se forem introduzidas novas "pedagogias" pelo governo do PT. E o Pcdob, por sua vez, continuará se apoiando nesse atraso político para se manter numa falsa oposição ao reformismo.

O burocratismo do Pcdob com aparência democrática sufoca o debate e acomoda os interesses aparelhistas

Dos 5 dias de congresso, somente 2 foram reservados ao debate das teses e resoluções. O PCdoB insistiu em promover as mesas temáticas com palestras distracionistas de reformistas/petistas e estalinistas. Assim, esclarece sua política, reforça seus laços com a frente popular e sufoca as correntes minoritárias, principalmente a política revolucionária.

A burocratização do congresso chegou ao ponto de na palestra com Emir Sader, o Pcdob além de manter a passividade do plenário propôs calá-lo, ou seja, que se apresentasse perguntas só por escrito, alegando falta de tempo para haver debate. No debate das teses, chegou ao absurdo de propor que não houvesse. E fixar o debate em bandeiras destacadas em cada tese. A conclusão foi que não houve tempo para debater quase nada. Os poucos destaques apresentados estavam desconectados das idéias gerais, nacionais e internacionais. Dessa forma, o plenário continua pensando no "pedagógico" sem relacioná-lo com o político, ou melhor não conseguiu associar a realidade diária sucateada com as suas causas com as raízes dos problemas. A mesa dirigida pelo presidente do Sinpeem (PCdoB) procurou achincalhar e intimidar todos os que insistiam em debater.

Essa conduta burocrática/caudillesca do PCdoB vem se agravando em função da crise interna da diretoria do sindicato, com as correntes aliadas,

agora opositoras, Articulação/PT e independentes, que às vésperas da eleição sindical têm se chocado com mais veemência com a postura autoritária em torno da estrutura e do aparelho sindical. O Pcdob precisa conter as denúncias que estão vindo à tona diariamente, por isso é obrigado a cercear mais ainda o debate. Por outro lado, precisa acomodar os interesses aparelhistas, pois estão em jogo os interesses gerais eleitorais, as alianças com o PT. É isso que justifica essa prática centralizadora/burocrática combinada com a aparência democrática.

O mais grave de tudo isso é que as idéias burguesas são mantidas no interior do sindicato. As revolucionárias foram fragmentadas e atacadas pelos burocratas.

O congresso manteve a linha parlamentar burguesa petista/estalinista

Foram poucas as resoluções aprovadas. Na plenária final não foi discutida a conjuntura internacional/nacional/estadual/municipal. As discussões foram adiadas, bem como os encaminhamentos como, o Comitê contra ALCA e as eleições presidenciais. Em nenhum momento foi debatido o balanço sindical. Não foi à toa, pois o Pcdob precisava ocultar o papel conciliador de seus aliados eleitorais (Articulação/CUT) na reformas neoliberais, principalmente a trabalhista. O Pcdob apenas cita em poucas linhas o êxito do assistencialismo da entidade.

Na realidade, somente foram debatidos: 1) a estrutura /eleições sindicais, centrando na proporcionalidade. 2) a concepção de escola, porque ficaria ruim não debater esse tema sendo um congresso educacional. 3) A campanha da paz, que segundo o PCdoB é uma bandeira que cumpre no cenário

atual um papel revolucionário.

Em linhas gerais pode-se dizer que se manteve a linha dos congressos anteriores, ou seja, a concepção burguesa/reformista, de uso da luta sindical como pressão parlamentar.

As principais polêmicas e o falso socialismo do PCdoB

O POR entrevistou nos grupos com tese 5. Do congresso anterior para o atual, o PCdoB resgatou antigas bandeiras estalinistas combinadas com as reformistas. Acontece que sua aliança com o reformismo petista nos últimos anos, tanto eleitoral/sindical, se deu às custas do conteúdo reformista, tanto de um como do outro. Tanto é verdade que as análises conjunturais e bandeiras são quase iguais nos congressos. Diante da crise na diretoria, viu-se obrigado a resgatar algumas bandeiras históricas do estalinismo, a exemplo da Frente Ampla Patriótica e da escola Unitária. A Frente Ampla Patriótica, na realidade em nada se diferencia do conteúdo burguês da frente-popular/petista. É justamente por isso que o PCdoB a apóia. A escola unitária, nada tem a ver com a politécnica de Marx-Lenin que pressupõe a estatização de todo sistema de ensino sob o

controle dos trabalhadores. Tanto é verdade que o PCdoB no congresso defendeu a rede privada de ensino em oposição à estatização defendida pelo POR. Conclui-se que a escola do PCdoB é a do trabalho para a exploração do capital, que nada tem a ver com a escola voltada a produção social, ou a politécnica.

Com relação ao Socialismo, foi obrigado a defender só em palavras, pois na sua tese nada tem de escrito. Não foi à toa que polarizou com a bandeira trotskista de Estados Unidos Socialistas da América Latina, com o argumento falso de que se trata de setorização da economia e que o socialismo é globalizado. Pela sua estratégia de “democratização do capital”, jamais se alcançará o socialismo. A revolução socialista pressupõe o armamento das massas e a revolução em cada país, e não o uso do método parlamentar-pacifista e do desarmamento contidos nas campanhas de paz, tão defendidos pela burguesia e pelo PCdoB.

Por último, na questão salarial, combateu o salário mínimo vital, o valor da força de trabalho que tem de ser calculado pelos trabalhadores e não pelos órgãos que estão a serviço dos planos do governo, como o DIEESE.

Em seguida, reafirmou sua permanência no SINP – câmara setorial de negociações com o governo. O POR propôs romper com a política de conciliação de classes e preparar a greve para enfrentar a política neoliberal do PT.

A falsa proporcionalidade nas eleições sindicais

Havia um “acordo” feito com antecedência entre PCdoB/ Independentes/ Alternativa (PSTU e setores do PT). O PCdoB recuou de sua proposta original onde a chapa vencedora escolheria os cargos mais importantes. A Alternativa defende a mesma proposta apresentada no Congresso da Apeoesp. Uma proporcionalidade com corte para impedir que correntes políticas minoritárias possam estar representadas na direção do sindicato. Esse é um dos pontos que fere o princípio da democracia operária e impede a construção de um sindicato de luta de classes. Tanto é verdade, que após a discussão da proporcionalidade, o congresso se encerrou quase que em “harmonia” e “unidade”, como alegou o PCdoB, pois os interesses daqueles que se posaram de adversários estavam acomodados.

Professores Municipais – SP rejeitam a esmola do PT PCdoB continua enrolando

Em 02/07, foi realizado o quarto ato de protesto contra a política de arrocho implantada pelo governo petista. O esvaziamento já era esperado pelas direções sindicais que estão unificadas temporariamente no Fórum das Entidades (24). Um dos motivos alegados para o esvaziamento foi o ponto facultativo em função da Copa. O outro foi a desculpa do recesso. O concreto é que as direções esconderam a sua responsabilidade por esse fiasco.

Portanto, a burocracia sindical trabalhou e trabalha contra a organi-

zação e a ação da classe para responder ao arrocho salarial. Na realidade, elas só foram empurradas a fazer os atos porque fracassaram as negociações de bastidores do SINP – Sistema Permanente de Negociação.

Hoje, diante do impasse das negociações, onde o governo democrático-popular mantém a esmola dos 2%, algumas direções sindicais já acenam com a assinatura do acordo e o rompimento com a “unidade”.

O PCdoB, diante desse quadro, submeteu novamente à votação, a rejeição dos 2% e reafirmou os 62%

de perdas. Porém, manobrou a manifestação e pela segunda vez, ignorou o calendário de greve proposto pelo POR. Preferiu a proposta de um novo ato, a ser marcado pelo Fórum das entidades.

O POR já havia denunciado no congresso do SINPEEM essa campanha fajuta

e o eleitoralismo do PCdoB. Mostrou que esta campanha caminha como a do ano passado, com o governo oferecendo migalhas, de um lado e nos bastidores retirando direitos trabalhistas vitais, a exemplo do corte no plano de carreira.

Comitê de Luta na Zona Leste de São Paulo

Continuando com as atividades da Assembléia de pais, alunos, funcionários e professores, foi criado no Jardim Santo André o "Comitê de Luta pelo Emprego, Educação e Saúde Pública". Como primeira atividade do Comitê, foi tirado um boletim informativo para convocar o bairro para os trabalhos do Comitê. Segue abaixo o Boletim.

Boletim Informativo do Comitê de Luta pelo Emprego, Educação e Saúde Pública

Diante do descaso dos governantes com a escola pública, com o atendimento de saúde e o alto índice de desemprego

que atinge os trabalhadores, estamos chamando todos os moradores e trabalhadores, para participarem do Comitê de Luta pelo Emprego, Educação e Saúde Pública.

Esse Comitê foi criado devido à necessidade de garantir o atendimento e o acesso aos serviços públicos, e principalmente para lutar pela criação de emprego a todos os trabalhadores e jovens estudantes. Tem como objetivo organizar os trabalhadores e seus filhos para reivindicar condições básicas de sobrevivência de suas famílias, cobrando diretamente dos poderes municipal, estadual e federal tais condições.

O comitê é um mecanismo de luta criado pela própria comunidade, e tem como princípio os seguintes pontos:

Garantir a autonomia e independência frente a qualquer partido e órgão oficial, sem nenhuma utilização eleitoral; todas as decisões da Assembléia são votadas em assembléias; não será permitido o uso do Comitê para benefício próprio ou de grupos; este Comitê defenderá a solidariedade e a unidade da comunidade na luta pelo emprego e na defesa dos serviços públicos.

Nossa próxima assembléia será dia 5 de julho. Participe.

Encontro Operário

Conhecer a realidade para transformá-la

É importante o estudo sistemático das leis de funcionamento do capitalismo e de suas manifestações particulares, de forma que permita ao partido atuar na luta de classe e extrair novas lições da prática. Os marxistas primam pelo conhecimento científico. Empenham-se em dominar o método do materialismo histórico. Como organizadores da luta do proletariado, trabalham sob a orientação do programa e manejam a tática revolucionária. A teoria é o guia da ação prática.

A constatação leninista de que sem a teoria revolucionária não há prática revolucionária e que a prática constitui a base material para novas formulações teóricas, bem como a base para a confirmação da validade da teoria e do programa, serve de fundamento para a construção do partido operário revolucionário. É com esse objetivo que o POR tem realizado o Encontro Operário. Publicamos abaixo um resumo dos estudos.

Vivemos a fase do imperialismo. O imperialismo se define como o capitalismo monopolista, que surgiu da livre concorrência, fase última do capitalismo que só pode dar lugar a uma sociedade superior sem classe, o comunismo. Sua essência se resume em: 1) a concentração da produção nas mãos de grupos capitalistas; 2) o controle, cada vez maior, das fontes de matérias-primas; 3) o monopólio do capital financeiro (fusão do capital industrial com o bancário). Uma oligarquia financeira domina as relações econômicas e políticas e a exportação de capitais pelas potências; 4) o domínio de países (política colonial) motivado pela necessidade de controle de fontes de matérias-primas, pela conquista de mercado e pela exportação de capitais. Divisão do mundo entre as potências e rivalidade entre elas. O processo de centraliza-

ção e concentração monopolistas da produção reduziu o mundo a uma ultraminoria de nações extremamente ricas e poderosas e em um número crescente de nações atrasadas e submetidas.

O imperialismo é caracterizado como capitalismo parasitário ou em decomposição. Seria impróprio dizer que essa tendência à decomposição impede o crescimento do capitalismo em determinados ramos da indústria e da tecnologia. O desenvolvimento do capitalismo se processou e se processa de forma desigual, mantendo a maioria dos países à condição de semicolônia. Esse regime econômico, na atual etapa, sobrevive através de métodos violentos. Suas leis econômicas de exploração e apropriação de riquezas produzem o flagelo da fome e miséria para uma vasta massa de assalariados cada vez mais empobrecida e

mutilada pelo desemprego. A produção e acumulação de riquezas não permitem erradicar a miséria de dois bilhões de famintos. Tal sistema econômico e social está historicamente esgotado.

A essência da decomposição do capitalismo está na impossibilidade de um amplo crescimento econômico na medida em que a contradição entre a potencialidade alcançada pelas forças produtivas se choca com as relações monopolistas de produção, resultando em crise constantes e mais intensas. É o momento histórico em que a contradição entre a produção social e apropriação capitalista se agrava, convertendo-se em choques permanentes. O avanço da crise amplia as tendências reacionárias do imperialismo, como o saque em grande escala sobre as semicolônias, a quebra de parte de forças produtivas, as guerras, os

choques comerciais entre as potências e o crescimento desenfreado do capital parasitário (sem nenhum vínculo com a produção), responsável por quebras de países.

A opressão nacional e social determinam o crescimento dos movimentos anticapitalistas e antiimperialistas em várias partes do mundo. Porém, a única classe que pode responder à desintegração do capitalismo, aglutinar em torno de si a maioria oprimida, erradicar a fome e a miséria de milhões e expropriar o grande capital nacional e monopolista é a classe operária. Isso em função do lugar que ocupa no processo de produção, não proprietária dos meios de produção. Essa classe genuína do capitalismo traz instintivamente os germens da destruição e também os embriões de uma nova sociedade, a comunista. Entretanto, a classe operária comparece, no atual momento, fragmentada, pela ausência do Internacionalismo proletário, Partido Mundial da Revolução, expressão organizativa e programática da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Em todas as partes, o capitalismo é obrigado a avançar sobre as mínimas conquistas sociais das massas para permitir a continuidade do sistema de exploração do trabalho. O Brasil por ser um país capitalista semicolonial e de economia atrasada as conseqüências são desastrosas para a maioria da população. A burguesia brasileira jamais conseguiu jogar um papel de independência frente às potências imperialistas. Ao contrário, a burguesia segue as diretrizes do imperialismo, aplicando os planos antinacionais e antipopulares.

A estatização dos sindicatos na época do imperialismo é o fenômeno político que corresponde à decadência histórica do capitalismo. O Estado neutraliza os sindicatos como meio de luta de classes ou coloca-os abertamente a seu serviço. A burocratização dos sindicatos é um fenômeno político de estatização. Se a burguesia não pode destruir os sindicatos e nem lhe interessa fazê-lo, e mantê-los sob a intervenção direta, como sob os regimes militares e fascistas, resta-lhe alimentar o controle burocrático e impor ao movimento sindical a disciplina do ca-

pital. O Estado determina os limites de seu funcionamento.

Duas burocracias sindicais controlam o movimento sindical. A diretista Força Sindical, que é pró-imperialista, defensora do "sindicalismo de resultados". E a reformista CUT, que tem como estratégia o "sindicalismo propositivo". O sindicalismo de resultados e o propositivo têm o mesmo conteúdo, variam neste ou naquele aspecto. No essencial, estão de acordo: não se trata de rechaçar integralmente os planos neoliberais e organizar um movimento nacional sob a direção do proletariado para derrubá-lo. A burocracia reformista ou diretista comparece como intermediária entre o proletariado e a classe capitalista, representada por seu governo.

A burocracia é uma casta de sindicalistas que fazem do sindicato uma profissão, um meio de vida. Tem interesses próprios, totalmente distintos dos interesses da classe operária. Via de regra procura benefícios na política burguesa e passa a negar sua própria classe. Utiliza os sindicatos como correa de transmissão da política dos opressores. Utiliza do aparelho sindical para impedir a livre manifestação e expressão dos seus oponentes. Elimina os princípios da democracia operária para poder permanecer na direção dos sindicatos e Centrais. Isso se verifica na eliminação da liberdade de expressão nas assembleias, na perseguição ao trabalho político da fração revolucionária, na utilização de métodos gangsteris, nas fraudes eleitorais e na utilização do aparato repressivo do Estado (Justiça) para incriminar seus opositores.

A política corporativista é própria de toda burocracia sindical. Tal política fragmenta não só os trabalhadores de uma mesma categoria, mas, acima de tudo, esfacela os interesses gerais dos assalariados. Acentua o individualismo pequeno-burguês e contém a luta de classe. O corporativismo é uma política da burguesia no interior dos sindicatos. A burocracia sindical exerce a função de implementá-la. A conseqüência é o enfraquecimento político do proletariado e a ampliação da ofensiva da burguesia e de seu Estado sobre os explorados.

A burocracia anula os sindicatos na sua função básica de defesa dos assalariados contra a exploração capitalista.

Abre mão das reivindicações elementares dos trabalhadores, como o emprego e o salário. Isso por que a defesa do emprego a todos e salários de acordo com as necessidades básicas desencadeia um movimento de confronto com a burguesia e seu Estado. Nega a luta de classe e apregoa o princípio burguês da conciliação de classe. A função dos sindicatos não é mais de impulsionar as lutas reivindicativas contra o conjunto da classe capitalista, mas sim de apresentar alternativas de preservação do sistema econômico. Essa é a doutrina da conciliação entre capital e trabalho.

A burocracia nega os métodos de luta do proletariado ou os desfigura, como ocorre com as greves por fábrica, dentro da mesma fábrica etc. E substitui pelos métodos da democracia burguesa. Deposita no Parlamento o poder de decisão sobre as reivindicações dos trabalhadores, sobre o destino dos planos de fome do governo e ilude os oprimidos com as pressões parlamentares em torno de "alternativas" às reformas pró-imperialistas. Isto é, coloca a vida das massas nas mãos dos exploradores. O oposicionismo pequeno-burguês e burguês é impotente diante das pressões imperialistas e do grande capital nacional. Com isso, progridem as reformas pró-imperialistas e antipopulares.

A burocracia cria entre os operários aversão à política. Isso por que os confunde com a politicagem burguesa. Ao colocar os sindicatos a serviço do eleitoralismo, do assistencialismo e de todo tipo de carreirismo parlamentar, aumenta a desconfiança de uma grande parcela. A burocracia reformista procura obscurecer sua política democrático-burguesa com as teses de socialismo democrático, alternativa democrático e popular etc, e arrasta as massas para o eleitoralismo.

A emancipação dos sindicatos das direções diretistas e reformistas é uma tarefa revolucionária. Implica em libertá-los do controle estatal, da burocracia conciliadora e colocá-los a serviço da luta anticapitalista. A constituição de uma direção marxista para os sindicatos é parte do processo de avanço da luta pela revolução proletária. Depende da constituição do partido revolucionário como direção programática do movimento operário e das massas em geral.

Campanha Salarial

Depois de arrastar por um mês a campanha salarial fantasma, no último momento a diretoria do sindicato inventou uma greve sem avisar ninguém. Não houve o mínimo de organização. Não se teve um comando de greve, não se fizeram contatos intergaragem.

Parece que a direção de nosso sindicato não queria uma greve de verdade, mas não contou que a categoria radicalizasse.

Os principais fatores que levaram os trabalhadores a se levantarem foram a grande defasagem salarial e as péssimas condições de trabalho. O que levou a uma adesão quase total ao movimento. Quan-

do a direção viu a disposição de luta para, inclusive, convencer os que ainda não tinham aderido ao movimento, começou a chamar as assembléias no horário de pico, justamente para que os grevistas parassem com o piquete num horário onde a patronal procurava colocar nas linhas qualquer motorista, mesmo sem experiência em conduzir ônibus.

O movimento terminou com alguns saldos positivos: conseguiu reverter a proposta inicial de 2% mais 5% de abono (devemos nos lembrar que abono não é incorporado ao salário) para o salário; o mesmo percentual foi conseguido para o aumento do tic-

ket. Como pontos negativos, podemos caracterizar: a não equiparação com São Paulo e a estabilidade por apenas três meses, dando para a patronal a chance de nestes 90 dias preparar as demissões.

Agora é importante nos organizarmos para enfrentar a contra-ofensiva dos patrões, preparando um grande movimento contra as demissões!

A experiência nos mostrou que é importante o método da greve com piquetes. Para resistir aos cortes que virão temos de nos organizar por meio de reuniões de garagem. É preciso constituir um comitê geral permanente apoiado nas reuniões.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo a tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I – Programa e Organização A Experiência Boliviana: Círculos de Propaganda e partido de Massas (I)

O período de elaboração do programa, um período que não podemos descartar, está cheio de discussões teóricas, que a muitos parecem meramente acadêmicas, e de fusões e cisões em torno de princípios teóricos. Estas discussões que são realizadas por grupos pequenos e fechados, podem concluir por isolar momentaneamente o partido das massas e convertê-lo em um círculo minúsculo. Dentro destas circunstâncias, a organização limita sua atividade a um simples trabalho de propaganda, se empenha por levar para amplos setores seu programa. Segundo Plekanov, a propaganda consiste em transmitir muitas idéias (por exemplo, explicar as raízes e conseqüências da crise econômica) a algumas pessoas e a agitação é transmitir uma só idéia para as massas, buscando impulsionar sua ação (chamando a luta pela escala móvel de

salários ou a necessidade de declarar uma greve, por exemplo).

Este processo durou para o POR boliviano muito tempo e sua conseqüência imediata foi a separação total do Partido das massas. Agora podemos constatar que nesta época o partido tinha perdido as noções mais elementares em matéria organizativa. Muitos desejariam eliminar este período da história do trotskismo, mas isto não é possível.

A existência de um grupo dedicado exclusivamente à propaganda (pode se limitar a ser um grupo de discussão e a editar uma publicação periódica ou ocasional, de caráter teórico etc.) não é em si mesma um erro organizativo e pode responder a uma realidade: à necessidade concreta de recrutar um número mínimo de militantes que permita realizar uma determinada atividade partidária (o recrutamento necessita ser individual). É indispensável que se responda às particularidades do momento em que se vive e deliberadamente (não arbitrariamente) deve ser considerado como um período indispensável. Nesta etapa, formam-se os primeiros quadros ao redor das idéias programáticas.

O erro começa quando o círculo de propaganda for considerado como a fase definitiva da evolução do Partido, independentemente da situação política, das transformações que se operam na consciência das massas, da estruturação do programa e da própria experiência partidária acumulada. Se este for o critério dominante, podemos dizer que este partido não tem futuro e até a cooptação individual de militantes será abandonada progressivamente. O círculo de propaganda deixa de fazer propaganda, em lugar de fazer discussão política, conversa; termina como um raquítico círculo de amigos, que já não obedece a uma

idéia política, mas a simples vínculos de amizade pessoal. O programa e os trabalhos organizativos se tornam muito pesado e são abandonados. Esta organização e seus membros não oferecem o maior perigo e esta se converte em refúgio da covardia física e do bizantismo. É claro que nestes organismos degenerados não existem os problemas organizativos e os políticos se transformam em um academicismo absurdo: ignora-se a existência do país, das massas e de seus problemas. Esta vida parasitária pode se prolongar por um tempo indefinido, se não for reajustado o programa, não se mudar a direção e se implementar a penetração sistemática no seio das massas, retificação que imediatamente porá em primeiro plano a questão organizativa. Em política, as agonias são demasiadamente grandes e os fantasmas influenciam e obstaculizam a marcha dos organismos vivos. O passado se projeta sobre o presente. Não devemos nos esquecer que os círculos de discussão enquistados conduzem à desmoralização e à dispersão da militância.

O partido que está obrigado a começar sua existência como um círculo de propaganda tem de manter, se não quiser degenerar, contato permanente com as massas, atuar através delas, para poder, em um momento oportuno, retificar sua orientação e buscar converter-se em uma organização de massas, finalidade dos revolucionários. No momento em que colocamos a necessidade de superação do círculo de propaganda, surge o problema de encontrar os meios organizativos adequados para permitir dar este salto em condições perfeitas.

No próximo número procuraremos demonstrar como o POR boliviano resolveu essa situação.

Palestina

Dois meses de guerra contra o povo palestino

A ação militarista de Israel sobre a Palestina não cessa. Nos últimos dias de junho, destruiu o QG da polícia palestina em Hebron. Depois de um cerco de 4 dias, toneladas de explosivos fizeram ruir o quartel-general da Autoridade Nacional Palestina (ANP), possivelmente com 15 refugiados que se abrigavam no local. No mês de abril, foguetes disparados de helicópteros, casas sendo derrubadas pelos tanques, o horror praticado pelos soldados israelenses deixaram centenas de pessoas mortas e a cidade de Jenin arrasada. A invasão do Exército israelense ao Hospital Geral de Ramallah para exterminar os palestinos feridos é narrada por Mário Lill, militante do MST que esteve nesse período com a ANP. Em Belém, o exército voltou suas armas para a Basílica da Natividade, onde estavam centenas de refugiados palestinos, fazendo mais mortes. No recente relatório sobre violações cometidas por Israel indica a prisão de 2,5 mil palestinos, considerados como integrantes dos grupos terroristas.

Israel impôs o controle sobre 7 cidades palestinas da Cisjordânia, onde 700 mil pessoas estão sob a mira das tropas e sob o toque de recolher. A recente reocupação de Jenin, Tulkarem, Qalqiliya, Belém, Hebron, Nablus e Ramallah tem obrigado a população a viver sob as ordens dos tanques e das metralhadoras, que já fizeram várias vítimas. As tropas invadiram o campo de refugiados de Aza, na área de Belém, e impuseram à força a revista daqueles que resistem à colonização judaica. Na faixa de Gaza, a situação não é diferente da Cisjordânia. Israel iniciou a construção de um muro para cercar a Cisjordânia. Trata-se de uma barreira de 350 Km, protegida por cercas eletrificadas, que custará 1 milhão de dólares por quilômetro. Ariel Sharon justifica a ofensiva militarista israelense como resposta aos atentados terroristas promovidos pelos grupos palestinos. Na verdade, trata-se da implementação do plano de eliminar a ANP e os grupos políticos que reivindicam o território para a Palestina.

Um Estado imposto pela guerra

O conflito no Oriente Médio entre Israel e Palestina vem desde a criação do Estado de Israel, em 1948 com o retorno do judeus ao território de onde saíram a quase 2 mil anos antes. Os países vencedores da 2 Guerra Mundial aproveitaram o massacre dos alemães aos judeus para criar no Oriente Médio um Estado que servisse aos interesses dos países imperialistas, particularmente a Inglaterra e Estados Unidos. A Inglaterra, que dominava a região desde a 1 Guerra, aceitou a decisão da ONU de dividir a Palestina em dois Estados, um para os judeus e outro para os árabes. Os árabes rejeitaram essa decisão, pois significava aceitar a formação de um Estado títere dos Estados Unidos em suas terras. A partir daí, com a ajuda financeira dos Estados Unidos, Israel vem travando guerras e obrigando os palestinos a se concentrarem na faixa de Gaza e na Cisjordânia, que agora é objeto de nova reocupação israelense.

Nesses 54 anos, Israel travou várias guerras para se impor. Em 1956, declarou guerra ao Egito em torno da Península do Si-

nai. Em 1967, na Guerra dos 6 Dias, Egito, Síria e Jordânia se uniram contra Israel, que tinha por detrás os Estados Unidos. Derrotados, tiveram parte de seus territórios anexados - Colinas de Golan, a faixa de Gaza, Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém. O colonialismo sionista se tornou tão visível a ponto da ONU aprovar uma resolução que indicava a devolução das áreas ocupadas. O que não foi cumprida. Em 1977, o partido direitista Likud ganhou as eleições em Israel e iniciou a reocupação de territórios. Em 1982, Israel invadiu o Líbano para impedir o apoio aos palestinos, permanecendo por vários anos. Evidencia-se o terror de Estado nos massacres de palestinos nos campos de refugiados de Sabra e Chatilla. Em 1987 explodiram as reações populares, conhecidas como Intifadas. Respondidas com o aumento da ofensiva militarista de Israel. Cresce também a resistência dos grupos que praticam o terrorismo.

Israel e Estados Unidos querem capitulação

Foram várias as tentativas de impor um acordo que favorecesse Israel. Os acordos de Camp David (1982) que tratavam da devolução da Península do Sinai ao Egito se deram no momento em que Israel invadiu o Líbano. Em 1993, Israel e Organização de Libertação da Palestina (OLP) assinaram um acordo de paz (Oslo), ampliado dois anos depois, que previa a retirada de tropas israelenses de regiões da Cisjordânia.

Nem bem foi assinado, o governo israelense revogou o decreto que proibia a ocupação israelense na Cisjordânia. Em 1997, Israel concordou em se retirar de Hebron. No ano seguinte, previa a retirada de tropas de parte da Cisjordânia e a libertação de palestinos (acordo de Wye Plantation). Em julho de 2000, fracassou a tentativa dos Estados Unidos de impor um novo acordo porque não previa a devolução de Jerusalém Oriental, o retorno dos refugiados e mantinha as colônias judaicas nos territórios da Cisjordânia. Em fevereiro de 2001, com a vitória de Ariel Sharon, responsável pelo massacre dos palestinos de Sabra e Chatilla, a situação se agravou e se potenciou com a investida de Bush na chamada "guerra contra os terroristas", que inclui os grupos palestinos, iraquianos, iranianos, afegãos etc.

No fim de junho de 2002, os Estados Unidos anunciaram novo acordo que prevê a criação de um Estado Palestino provisório e convocação de eleições para pôr fim ao governo da Autoridade Palestina. O objetivo é remover Iasser Arafat, acusado pelo governo israelense de proteger os grupos terroristas. Para Bush, a criação de um Estado Palestino depende da destruição da resistência armada dos palestinos e da criação de um novo governo da ANP conivente com essa tarefa. Em meio ao anúncio, Israel explodiu o quartel general palestino de Hebron.

Sob o imperialismo, a Palestina não será dos palestinos

Iasser Arafat, que dirige a Organização de Libertação da Pa-

lestina desde a década de 60, e foi eleito em 1996 como presidente da Autoridade Nacional Palestina. O mandato terminaria em 1999, ano em que se firmaria o Estado Palestino, previsto nos acordos de Oslo. Entretanto, o governo de Israel condicionou a formação do Estado Palestino ao não retorno dos 4,5 milhões de refugiados e ao não desmonte das colônias judaicas em territórios ocupados. Constava do plano um governo palestino (ANP) militarmente incapaz e munido de uma polícia para reprimir toda e qualquer resistência das massas e dos grupos nacionalistas mulçumanos ao acordo de Oslo. Por mais que Arafat procurasse a via da conciliação, não teve como sufocar a revolta do povo oprimido. A Autoridade Palestina subsistiu sobre o fracasso do acordo de Oslo. A ANP de Arafat tornou-se imprestável para os objetivos colonialistas.

Novamente, os Estados Unidos retomam a criação do Estado Palestino provisório manejado. Essa bandeira é usada como arma para desarmar a rebelião popular e liquidar o nacional-terrorismo (Hamas, Jihad Islâmico etc). A manobra consiste em convocar eleições presidenciais, afastar Arafat, substituí-lo por um agente do imperialismo capaz de usar a força contra a população. Em relação à Israel, os Estados Unidos não exigiram nenhuma condição. Bush sequer fez menção aos assentamentos judaicos nos territórios palestinos e justificaram a invasões israelenses como sendo de justa auto-defesa. Na verdade, o imperialismo não admite um Estado Palestino.

A existência de Israel depende de sua expansão colonialista e da guerra permanente contra a constituição do Estado Palestino. É nas condições de opressão nacional do Estado sionista sobre os palestinos que tem recrudescido os ataques suicidas, levados a cabo por jovens treinados pelas organizações nacionalistas. Esses acontecimentos trágicos têm sido propagandeados como principal motivo de impedimento dos acordos de paz. Toma-se os efeitos pelas causas. Esconde-se os objetivos expansionistas - colonialistas - do Estado de Israel, que tem no Oriente Médio a mais bem montada máquina de guerra. É assim que, sob a máscara de um novo acordo, patrocinado por Bush, amplia-se a ofensiva do militarismo sionista.

A via revolucionária para solucionar a guerra

O Estado de Israel foi criado de fora para dentro na Palestina pela fração capitalista judaica, pela intervenção do imperialismo e pela via das armas. A guerra contra os árabes e o terror de Estado permanente contra as massas palestinas cimentam o objetivo sionista da pátria judaica. Confirma-se o prognóstico de Leon Trotsky feito em 1937, 11 anos antes da criação do Estado de Israel: "O conflito entre judeus e árabes na Palestina adquire um caráter mais trágico e ameaçador: eu não acredito de forma alguma que a questão judaica possa ser resolvida nos quadros do capitalismo decadente e sob o controle do imperialismo britânico".

O problema de fundo permanece. Os trabalhadores judeus e as massas palestinas oprimidas terão de se unir sob um programa socialista, que responda à autodeterminação dos povos oprimidos, que portanto tenha como tarefa a destruição do domínio imperialista. Não é viável um Estado Palestino criado pelas mãos dos Estados Unidos, que ocuparam o lugar da Inglaterra na região.

A coexistência pacífica do Estado judaico e palestino não tem base histórica. Israel está obrigado a imperar pela força sobre todo o território da Palestina. A manutenção do Estado de Israel só pode se dar com o esmagamento do direito de autodeterminação dos palestinos, portanto de ter seu Estado independente. A conquista da autodeterminação dos palestinos depende da destruição do Estado burguês sionista e constituição de um Estado operário, baseado nos fundamentos econômicos e sociais do socialismo.

A destruição do poder burguês sionista não se confunde com a bandeira do nacionalismo da feudal burguesia árabe de "jogar os judeus no mar", como foi levantada no início da fundação do Estado de Israel. Não se confunde com qualquer forma de anti-semitismo. Trata-se da defesa de união de trabalhadores judeus e palestinos sob um mesmo Estado socialista. A democracia operária, expressão da propriedade coletiva dos meios de produção e de luta pela abolição total da opressão de classe, permitirá a convivência de judeus e árabes palestinos. É por essa via que o intervencionismo imperialista será combatido.

O socialismo marxista nunca se furtou à tarefa de resolver a questão judaica. Questão essa que assumia uma feição distinta antes da criação colonialista do Estado de Israel, que comparecia como parte da opressão sofrida pelos povos, etnias e nacionalidades sob o capitalismo. A questão judaica surgiu com a decadência do capitalismo e ganhou projeção com o nacionalismo anti-semita na Alemanha. A solução sionista foi a de criar um Estado apoiado numa fração do capital imperialista, que triunfou na 2 Guerra Mundial, e no esmagamento do povo palestino. Está aí a raiz das guerras entre judeus e árabes e do terrorismo estatal contra as massas palestinas.

A resistência dos grupos mulçumanos nacionalistas, pela via do terrorismo, é consequência da opressão colonialista. Já a Intifada é a expressão genuína da luta revolucionária das massas palestinas pelo fim da opressão do Estado capitalista judaico e do imperialismo. O nacionalismo pan-arábico mostrou-se impotente e incapaz de derrotar o intervencionismo imperialista e a "solução" sionista para a questão judaica. A feudal burguesia árabe se curvou diante dos Estados Unidos. O nacionalismo das correntes que praticam o terrorismo não poderá destruir o Estado sionista e conquistar a emancipação das massas oprimidas pelo imperialismo e pela burguesia judaica.

A ausência do partido revolucionário entre os explorados judeus e árabes-palestinos é o principal obstáculo para derrotar o colonialismo sionista e o imperialismo. Somente o partido operário revolucionário, constituído pelo programa da revolução social, poderá superar a divisão entre os judeus e palestinos explorados, derrotar o nacionalismo colonialista do Estado de Israel e superar o nacionalismo mulçumano dos palestinos oprimidos.

A resposta histórica está em lutar pelo socialismo internacional. O internacionalismo proletário já havia colocado, bem antes de 1948, a defesa da solução da questão judaica pela via da destruição do capitalismo e, portanto, da erradicação da opressão nacional. Não se pode solucionar a guerra entre judeus e palestinos sem os métodos da revolução proletária, sem a união de operários e camponeses contra a burguesia sionista e a feudal burguesia árabe, submetidas ao imperialismo.

A colonização do Piauí

A expulsão dos franceses e o genocídio aos Tremembés que habitavam o litoral cearense-maranhense

D. Diogo de Meneses substituiu Diogo Botelho no Governo, mas a expulsão dos franceses do Maranhão ainda era o objetivo central do governo Português.

A dominação dos franceses em parceria com os Tremembés ia de São Luis a Camocim. Martim Soares Moreno, como capitão, aceitou a missão de seguir do Ceará, onde tinha acabado de fundar um forte (que deu origem à cidade de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção) e uma igreja para fortificar a defesa contra holandeses e franceses para enfrentar e expulsar de vez o invasor francês. Recebe a ajuda do chefe indígena Jacaúna, amizade que vinha desde a última investida na Serra Ibiapaba. Mas a expedição militar não partiu.

D. Diogo de Meneses é substituído por Gaspar de Sousa, que trazia ordens especiais para dar fim à invasão francesa. Ele chama, novamente, Jerônimo de Albuquerque como chefe e Soares Moreno. São os franceses enfim expulsos de São Luis e, após a ocupação da ilha, houve falta de munições de guerra, e Albuquerque escolheu o capitão-mor Baltasar Pestana que parte por terra para Pernambuco, com vinte soldados e cem índios, e, após cinco meses de marcha, chega ao destino.

Jerônimo de Albuquerque, agora governador do Maranhão, entra em atrito com os jesuítas, consequência da escravização dos Tremembés. O governador alegava que estes índios tinham devorado a expedição de Baltasar Pestana. Isto faz com que o governador inicie uma guerra contra os Tremembés. Por outro lado, sem a paz com os Tremembés, seria impossível estabelecer ligação pelo litoral com o resto do Brasil.

Existe uma falsa idéia de que no Norte do Brasil (que nesse momento era o Maranhão e parte do Pará) não houve miscigenação dos portugueses com os indígenas, e que por isso seria mais difícil uma aliança entre estes e aqueles, mesmo com a ação pacifista dos jesuítas.

Mesmo assim, o genocídio quase com caráter de extermínio aos Tremembés tomava grandes proporções, mas os interesses escusos dos jesuítas apaziguaram um pouco. Isso facilitou numa nova

missão, o governo local continuava a escravizar os indígenas dos quais antes era aliado, e que sem sua ajuda não teriam derrotado os franceses.

Oficialmente, em 1621, é criado o Estado do Maranhão. E agora era ponto de partida das missões jesuítas pelo interior dos estados vizinhos. Os Tremembés do Delta do Parnaíba continuavam influenciando as terras locais. Mas, com a chegada do padre Antônio Vieira, uma nova tentativa de reaproximar os indígenas foi tentada e com sucesso conseguiu atraí-los de novo. O padre Antônio Vieira recomendou ao governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, investir novamente na aproximação dos índios da Serra de Ibiapaba, pois todos sabiam tanto os franceses, como holandeses traficavam com esses índios pedras preciosas encontradas em sua área de domínio. O governador então envia o chefe tabajara Muririba oferecer perdão e anunciar que o padre Antônio Vieira iria lhes fazer uma visita, e que por ordem de El-Rei poderia lhes dar perdão. A nova tentativa de restaurar os caminhos entre o Maranhão e o Ceará por terra pelo Piauí (Serra de Ibiapaba) tinha por objetivo restaurar os fortes do Ceará, em especial o de Camocim. Isto tinha uma ligação direta com a tentativa de evitar o contrabando do âmbar e pau-violeta. Acontece que se passou quase um ano e nada do Muririba voltar. Em 1656, vai outra missão rumo ao Ceará objetivando chegar aos fortes, mas, depois de 12 dias, a missão do padre Tomé Ribeiro e do irmão Sebastião Texeira regressou sem sucesso. O padre Antônio Vieira vai à Bahia organizar essa missão ao Ceará. E, da mesma forma que os outros, regressa sem sucesso à ilha de São Luis, pois seus barquinhos a vela não conseguiram romper os ventos.

Muririba volta e diz ter firmado acordo com os indígenas da Serra em nome do governo português. Novamente o padre Vieira organiza a missão de chegar à Serra, desta vez conta com a companhia de outros dois padres, Antonio Ribeiro e Pedro Pedrosa, o primeiro paulista e o segundo português recém chegado. O jesuíta narra uma dura e penosa viagem

calculada em 130 léguas. Segundo o padre, houve traição dos tapuias que habitavam a região entre os dois lugares (São Luis e Serra), longos percursos sem sombra num sol escaldante, fim da comida que levavam que, segundo o padre, fora motivado pelo desleixo e preguiça dos indígenas que os acompanhava. Depois de 35 dias de dura viagem, chegaram ao destino, no dia 4 de julho de 1656. Logo soube que o governador do Maranhão, André Negreiros, tomava o governo da capitania de Pernambuco.

Segundo documentos, o padre Vieira fica na região por dois anos, funda escola e já inicia o trabalho parasita da catequese, que junta mais de 2500 indígenas. Mas, havia as guerras frequentes entre outras tribos que cercavam a região, saques constantes daqueles que ainda tinham influência dos holandeses. Isso fez com que os padres não agüentassem muito mais. Ele volta ao Maranhão, mas, dois anos depois (1660), volta novamente à Serra, chegando lá no dia 1º de maio de 1660. O novo governador maranhense, Rui Vaz de Siqueira, conhecido como um homem ambicioso, mas que servia aos interesses da Coroa, envia soldados à Serra para tentar manter pela força a exploração do âmbar daquela região. Estes, segundo o padre, iniciam uma verdadeira algazarra, são inescrupulosos e rapidamente ganham a antipatia dos indígenas da Serra. Houve lutas gigantescas e, por fim, tanto os jesuítas como parte dos indígenas catequizados foram embora rumo ao Maranhão. Os revoltosos Tabajaras da Serra de Ibiapaba só se livrarão da influência doentia dos jesuítas em 1669, por ordem da Coroa.

Essa informação vem de encontro com a entrada dos paulistas em território que seria, oficialmente, piauiense. Onde aconteciam guerras que vinham empurrando os indígenas vizinhos aos Tabajaras para outras áreas.

A entrada dos bandeirantes paulistas coincide com a entrada do gado bovino no Sertão Nordeste, em especial nas terras que seriam oficialmente o Piauí, depois que foram expulsos do Recôncavo Baiano, por ordem da Coroa (via Car ta-Régia).

Argentina

Uma Única Saída: A Revolução Social

A situação econômica das massas se agrava cada vez mais, 26% das crianças nascem desnutridas. Na Cidade de La Matanza, esse índice significa que 1 em cada 4 crianças nasce desnutrida, filhos de mães também desnutridas. Crianças que não vão ser alimentadas com o mínimo necessário para sobreviver como pessoas. Crianças que antes recebiam nas escolas os alimentos necessários e que agora não mais os recebem, nem sequer um copo de leite. Isto no país das vacas e dos recordes de produção de cereais que a todos os dias se propagandeia em nossa cara. No país que produz alimentos para alimentar 350 milhões de pessoas no mundo, a maioria passa fome, alimenta-se mal, é desnutrida, e morre-se de fome. Que dizem disto os moralistas que enchem a boca falando de corrupção?

Os índices oficiais de desemprego já superam 25%. Centenas de milhares de pessoas que não têm acesso a um posto de trabalho, não podendo vender a única coisa que lhes resta para vender, a sua força de trabalho. Enquanto isso, as indústrias continuam demitindo, o Estado continua demitindo, todos seguindo à risca as recomendações do FMI. Foram 115 mil trabalhadores demitidos em um único mês, em maio. Foi anunciada a demissão iminente de 85 mil trabalhadores bancários.

Na maioria das empresas, houve uma extensão da jornada de trabalho para 12 horas, ou seja, 50% maior do que a que havíamos imposto a algumas décadas. Além disso, 125 mil pequenas indústrias e comércios foram fechados em poucos meses.

Extrema desvalorização do salário. Aumento do custo de vida que supera 80% em 5 meses, atingindo com violência as populações mais carentes, que destinam grande parte de seu salário à alimentação. O salário médio equivale somente a uma semana do custo da cesta básica familiar que já alcançou a cifra de 2 mil pesos. E o governo contrata frentes de trabalho por 150 pesos. Além de tudo, afirma que um ajuste salarial produziria mais inflação e mais demissões.

Mais da metade da população, 19 milhões de pessoas estão situadas abaixo da linha de pobreza, isto é, seus rendimentos não permitem adquirir o mínimo necessário para sobreviver.

Dezenas de milhares de pequenos produtores foram roubados pela pátria financeira com a cumplicidade de seu Estado.

O sistema de saúde não existe. Os mais pobres e débeis estão condenados a que qualquer enfermidade os liquide. As obras sociais foram esvaziadas e roubadas até o inimaginável.

Em Quilmes, uma diretora de escola denunciou que as pessoas estão comendo ratos, cavalos, sapos, gatos etc. Que mais teremos de ver para saber que já estamos vivendo na barbárie em todas as suas formas?

Ficaram descobertos todos os discursos prometedores e eleitores

Essas cifras com as quais somos obrigados a conviver diariamente e outras de igual magnitude demonstram, sem sombra de dúvida, que não dá para continuar. Não basta mostrar o diagnóstico ou a fotografia da realidade, nem se indignar sinceramente. Devemos trabalhar para terminar de uma vez por todas com esta imundice capitalista e todas as suas manifestações.

As massas de distintas formas, da maneira que podem, dizem todos os dias, em todos os lados que não dá para continuar. Já não acreditam nos políticos de qualquer partido. Já não acreditam nos candidatos que lhes prometem de tudo. Já não acreditam nas instituições do Estado, ninguém acredita nos congressistas, nos vereadores, que só servem para encher os bolsos e baixar as leis que lhes pedem os grandes capitalistas. As massas não acreditam mais na Justiça feita sob medida pelos e para os mais poderosos.

Tampouco acreditam nos burocratas que esvaziaram os sindicatos, nos dirigentes que pactuam tréguas com o governo em troca de algumas migalhas, naqueles dirigentes que fazem de conta que lutam, que enchem nossos ouvidos com palavras bonitas, mas que descartam dar um único passo em organizar a luta decisiva a partir das bases.

Também as massas começam a desacreditar dos esquerdistas que só sobrevivem dos aparatos, que dividem, fazem versões e por fim terminam somando-se ao circo eleitoral.

Argentina é uma exceção?

A partir dos meios de comunicação, dizem e repisam todo o dia que o problema não é o FMI, que o problema não é o imperialismo, que o problema é a corrupção, a

má administração, são os maus funcionários, o superdimensionamento do Estado. Que o problema são "os argentinos" em geral com sua idiossincrasia, uma suposta falta de sacrifício e de reclamar todo o tempo contra vir alguém de fora resolver nossos problemas. Este é o açoitado com que nos batem a toda hora.

A Argentina não é mais que uma amostra do que acontece com o capitalismo em nível mundial, concentrando todas as suas contradições em um breve tempo. As atuais crises no Paraguai e Uruguai, a recessão que começa no Brasil não são "culpa dos argentinos". A Argentina só é o início, acelerado, da decomposição que chega em todas as partes, mas que aqui é potenciada pela extrema submissão ao imperialismo.

Em vários países, podemos encontrar uma burguesia até mais corrupta que a argentina. Quantos países existem com fabulosos recursos naturais, com riquezas de todo tipo e sem dúvida seus povos vivem na pré-história. A Argentina não é uma exceção.

Os recursos existem?

É falsa a história de que devemos gerar os recursos para acabar com a pobreza e que com isso solucionaremos "naturalmente" o desemprego. Os recursos já existem! E estão na mão de uma pequena minoria que monopoliza a propriedade dos poços de petróleo, das minas, dos campos, das fábricas, dos meios de transporte, das usinas etc. É o imperialismo, são as multinacionais que se apoderam destes recursos vitais.

São estes recursos que necessitamos para poder organizar a sociedade sobre outras bases, onde todos trabalhe, onde todos possam ter pelo menos o necessário para sobreviver.

É falsa a história de que necessitamos de investimentos do exterior para que a economia funcione. As terras produzem muito mais do que necessitamos para nos alimentar sem nenhuma necessidade de capital.

As massas passarão por situações de penúria ainda piores se não acabarmos com este sistema o quanto antes.

Isto é, terminar com o sistema de dominação imperialista sobre o País, expropriar todos os meios de produção e colocá-los a serviço da grande maioria oprimida.

A situação não se resolve por via das eleições nem pela constituinte. Devemos dar as costas a estas propostas destinadas a sustentar o regime. O único caminho é o levante da Nação oprimida contra a opressão imperialista insuportável

É o capitalismo que não pode mais continuar e que nos leva a uma miséria cada vez maior. Com suas leis, com sua propriedade privada, já não deixa as massas viverem mais. Estamos suportando a regressão de um sistema em decomposição.

Já não há nenhuma possibilidade de reformar este regime. Devemos terminar com ele. Isto não será resolvido através de eleições, nem no Congresso. Isto só poderá ser resolvido mediante a ação direta e radicalizada de milhões de explorados e oprimidos. Mediante seu levante. Estamos falando de uma revolução social.

Não se trata de mudar um presidente

por outro ou eleger deputados desse ou daquele partido. Estamos falando de terminar com o regime da ditadura dos capitalistas que nos levaram a esta situação. Sua democracia está acabada, desnudou-se como a melhor forma de dominação desta minoria que detêm o poder, e que hoje está em crise.

As massas seguem lutando, pese todos os obstáculos, mas existe um grande ausente que é a classe operária empregada, que deve se colocar em pé e lançar-se à greve geral, passando por cima de todas as suas direções traidoras, levantando as bandeiras do salário mínimo que tenha o valor da cesta básica familiar, impedindo que ocorram novas demissões, levantando a luta pela redução da jornada de trabalho, tomando em suas mãos a luta para acabar com o desemprego. Este é o caminho que devemos seguir expulsando todos os buro-

cratas, e recuperando os sindicatos para a luta que devemos protagonizar.

Isso permitirá um salto decisivo na luta popular. Os trabalhadores desempregados e a classe média empobrecida continuam nas ruas lutando por suas reivindicações, buscando formas de organização e de expressão que dêem resposta a suas necessidades.

O levante da Nação oprimida será obra da Frente Única Antiimperialista que unificará todos os combates, todas as reivindicações da classe média oprimida e da classe operária, que atuará sob a direção estratégica desta última, ou seja, a da formação do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). A classe operária é a única que pode liderar a revolução social que devemos protagonizar.

(Extraído do jornal "Masas" argentino nº 165 de 4 de junho de 2002)

Argentina

Governo Duhalde assassina jovens piqueteiros

Na estação de trem de Avellaneda, dois jovens piqueteiros foram assassinados. Darío Santillán, 21 anos e Maximiliano Kosteki, 22 anos. Eram dois jovens que participavam da marcha de piqueteiros que saiu do município de Avellaneda, Grande Buenos Aires, em direção ao centro da capital. Testemunhas denunciaram que os dois jovens manifestantes tentaram escapar do cerco policial, mas foram agarrados e depois mortos a queima-roupa pelo delegado e policial.

A população voltou às ruas em protesto contra o assassinato de Santillán e Kosteki, jovens desempregados que manifestavam contra a política de fome do governo Duhalde, e exigia a renúncia do Presidente.

Eduardo Duhalde vem enfrentando manifestações de piqueteiros por toda parte. A causa é o desemprego de quase 30% da população economicamente ativa, a miséria que tomou conta de 52% da população e a brutal expropriação dos depósitos bancários pelo "curralito".

Movimento dos piqueteiros se potencia cada vez mais

As manifestações dos piqueteiros, bloqueando estradas, avenidas, construção de barricadas ganharam força entre a população pobre dos bairros, dos municípios da Grande Buenos Aires e províncias mais distantes. Usam o método da ação direta

para exigir emprego e comida. Dizem os desempregados: "É a única forma que temos para que nos ouçam".

Os piquetes tendem a crescer. Em seis meses, já existiram mais de 1600 bloqueios de estradas, sem dizer dos que ocorrem nas ruas e avenidas. Isso significa quase 9 piquetes por dia. O seu crescimento se deve ao aumento do desemprego. Basta observar que nos anos 90, o desemprego argentino não ultrapassava os 6%. Agora, beiram os 30%. A pobreza que atingia 5% da população, hoje arrastou mais da metade, 52%.

Os piquetes são respostas aos planos de saque e fome

Em pouco mais de uma década de aplicação dos planos pró-imperialistas, o país foi arrasado. Províncias como Neuquén, Jujuy e Salta, desde o início dos anos 90, se levantaram contra as privatizações, responsáveis pelo fechamento de várias instalações da YPF, empresa estatal de petróleo e gás. A Grande Buenos Aires, tida até os anos 70 como o maior cinturão industrial da América Latina, se transformou num amontoado de fábricas fechadas, com uma população faminta.

A quebra da Argentina é parte da desintegração mundial do capitalismo. A burguesia desse país levou às últimas consequências os planos de saque do imperialismo e de solapamento da economia. Os sucessivos governos ditos democráticos, que substituíram a sangrenta ditadura mi-

litar, colocaram a Argentina numa posição de submissão aos Estados Unidos e ao conjunto dos banqueiros internacionais que o comando do Estado passou diretamente para as mãos do FMI. A desnacionalização se converteu em destruição de parte significativa da indústria. A paridade do peso com o dólar colocou o sistema bancário e a política monetária à mercê dos especuladores.

O desemprego e o esmagamento salarial deixaram de ser um problema apenas para o proletariado, atingindo amplamente a classe média, que do dia para a noite se viu empobrecida. Em resposta, o movimento social ganhou enorme proporção. O método dos piquetes e bloqueios de ruas e estradas se generalizou. As massas vêm protagonizando a luta revolucionária. Têm questionado a democracia dos ladrões nacionais e dos saqueadores internacionais. Colocaram de pé centenas de assembléias populares e constituíram as coordenadoras para ação direta.

O governo Duhalde tem as massas contra si. Dirige apoiado unicamente na fração burguesa pró-imperialista e conta com o bloqueio ao movimento revolucionário pela corrupta burocracia sindical. Os trabalhadores têm passado por cima do aparato sindical peronista e caminham diretamente contra o governo e o Estado burguês.

A Argentina atravessa uma situação revolucionária. Os explorados carecem de uma direção que expresse o programa da revolução proletária. Toda uma ala da es-

querda, que influencia as assembléias populares e piquetes, procura canalizar o combate para a revitalização da democracia burguesa (Assembléia Constituinte, eleições, renúncia do governo etc).

O embrião do partido revolucionário (POR) vem trabalhando pela via insurrecional, rebatendo o democratismo pequeno burguês e defendendo as reivindicações das massas. A sua transformação em partido dirigente é a condição para a situação revoluci-

onária triunfar em favor do proletariado. A reação procura criar as condições para o esmagamento repressivo do movimento operário e popular. Fracassando as manobras da democracia formal e fortalecendo a via atual do combate, a burguesia argentina e imperialista lançará mão do militarismo. O proletariado terá de assumir a direção do movimento social e desenvolver o seu poder por meio das assembléias populares.

A coesão dos explorados em torno da po-

lítica do proletariado certamente se dará assumindo o programa que combina as reivindicações mais elementares com as de caráter antiimperialista e anticapitalista. A bandeira de independência nacional frente à opressão imperialista e de solução da miséria das massas se choca abertamente contra a burguesia argentina e seu Estado. A independência nacional sob um governo operário e camponês expressa um primeiro passo para a resolução do desemprego, fome e miséria.

Este texto foi escrito antes das recentes eleições presidenciais. Na Bolívia, a maioria da população rechaça a participação eleitoral. Por isso, o governo implantou este ano um duro conjunto de medidas repressivas contra a abstenção, que inclui pesada multa e prisões. A imprensa burguesa oculta este fato, que se repete em todo pleito eleitoral naquele país e expressa o esgotamento das ilusões democráticas. O presidente só é eleito diretamente se obtiver mais de 50% dos votos, o que deixa a decisão real para o apodrecido parlamento corrupto. A novidade deste pleito foi a expressiva votação do reformista líder cocaleiro Evo Morales, em meio à chantagem norte-americana de cortar os investimentos ianques no caso de uma vitória eleitoral do cocaleiro.

Bolívia

Abaixo a Farsa Eleitoral! Viva a Vitória da Abstenção!

Faltam alguns dias para a efetivação das eleições gerais e todos os partidos inscritos para intervir nelas, sem nenhuma exceção, são servos e serventes, conscientemente ou não, do imperialismo norte-americano, do capital financeiro, das multinacionais. São todos eles uns vendidos, que levam traidoramente nosso país a perder sua independência e soberania e que se tornasse uma verdadeira colônia, ultrajada e humilhada pelo capital financeiro internacional. É incrível que todos os partidos aptos a intervir nas eleições gerais de 30 de junho – dois ou três deles com possibilidade de conquistar uma importância relativa – entreguem-se submissamente, conhecendo a inevitável verdade de sua derrota no circo eleitoral, que dizem ser “democrática”, mas que na verdade só servirá para pôr uma marca de legalidade e uma pretensa legitimidade política a um fato que já foi decidido pelo imperialismo, que na verdade é (apesar do que digam os vendidos e traidores) quem manda e ordena na Bolívia subjugada, atrasada e faminta.

Nenhum dos partidos que concorrem tão alegremente a este circo difunde seus princípios programáticos, todos eles mostram seus dentes, distribuem beijos a todos e para todos. Com ligeiras diferenças são burgueses, legalistas, adoradores da Constituição política do Estado e da legalidade burguesa, que reforçam os grilhões da exploração e da miséria e encarnam as desgraças e a ruína da Bolívia. Desgraçado é quem acredite que uma nova ou reformada Constituição liberte os operários e camponeses da vida triste e miserável, a qual a classe dominante nos condenou.

O quadro é desolador. As minas estão em mãos privadas que usam poucos operá-

rios, pois a massa operária que trabalhava nelas foi demitida e se dedica a qualquer atividade para poder sobreviver. No campo, a tragédia é maior, os miseráveis sitiados, resultado da excessiva retaliação das terras e do crescimento da família camponesa, são improdutivos e têm cada vez mais sua pobreza agravada. A nacionalização das minas (da forma com que foi feita) e a reforma agrária (por suas limitações e pelo reconhecimento implícito do direito dos latifundiários) tornaram-se fracassos contundentes que criaram uma pobreza inenarrável no campo e nas cidades, com exceção dos governantes ladrões e usurpadores que pululam, como nunca, em todos os ramos da administração pública. Em tais condições, a corrupção faz campanha para a obtenção do voto e a livre emissão do mesmo se torna uma solene mentira.

Não é somente uma suspeita, mas uma verdade dita a gritos que a Nova Força Republicana (NFR) obteve o aval do imperialismo para levar a batuta nos comícios que se aproximam. As pesquisas feitas até o momento, apesar da arremetida do movimento, estão colocando em evidência que o amo resolveu mudar seu servo na colônia. O possível triunfo daquela força, tão reacionária e antinacional como as outras, não fará mais que remoçar (claro que momentaneamente) a opressão e a exploração, encarregada até hoje aos partidos tradicionais que não vacilaram neste período de ascenso revolucionário em coligar-se com a pretensão de deter e esmagar o crescimento vertiginoso das massas que garinaram as ruas e que não ouvem nem prestam atenção aos atos burgueses para obter o voto.

Tampouco devemos esquecer, neste momento histórico, que em agosto de 1971,

diante da grandiosa perspectiva da Assembléia Popular, se coligaram rapidamente os que depois se tornaram adenistas, movimentistas, falangistas para levar o país a situação de colônia ianque em que agora se encontra.

Por Isso O Partido Operário Revolucionário (POR), que é o único partido marxista leninista trotskista boliviano, propõe neste período de ascenso revolucionário por que passamos, a abstenção, o voto nulo, o não voto. E que esta campanha deva nos conduzir à luta insurrecional para instaurar governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Abaixo, a farsa eleitoral! Viva a abstenção massiva! Viva a revolução proletária!

A Farsa Eleitoral mais Cara de Nossa História

Uma multa de 150 bolivianos e a prisão para quem não participar do processo eleitoral de 30 de junho foram acrescentados a montanha de dinheiro gasto pelo Estado na sua propaganda eleitoral.

Não são suficientes os cartazes, spots, matérias pagas na imprensa, na televisão nas rádios, além da contratação de artistas conhecidos com um grande cachê. Alguns se apresentam com seus instrumentos e cantam alguns versos de adesão e admiração a farsa eleitoral.

A este complemento, o suborno descarado e consagrado pelas autoridades se soma o fato de que muitos personagens façam também propaganda paga para incitar o cidadão humilde a participar da votação. Causa-nos admiração que L. Geiler faça parte desta farsa.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano nº 1808 de 21 de junho de 2002)